

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (5ª À 8ª SÉRIES): CONCEITOS E PRECONCEITOS.¹

Thiago Benitez de Melo²
 Maria Elena Pires Santos³

RESUMO: Considerando a importância de abordar a questão da variação linguística em sala de aula, o presente artigo objetiva apresentar uma pesquisa sociolinguística realizada sobre duas coleções de Livros Didáticos de Português (LDP) do Ensino Fundamental, compondo quatro livros cada coleção. Apresentaremos os resultados obtidos mostrando como os conceitos de variação linguística e preconceito linguístico propostos pela Sociolinguística vêm aparecendo nesses materiais didáticos e de que maneira estão sendo abordados. Para a análise dos materiais selecionados, seguimos critérios estabelecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Ministério da Educação (MEC) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Este trabalho se justifica pela importância de conhecermos um pouco mais a fundo os livros didáticos de língua portuguesa que estão sendo usados nas escolas por professores e alunos, além de nos possibilitar uma postura mais crítica ao selecionarmos os materiais didáticos que serão usados em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático de português, Sociolinguística, preconceito linguístico.

Continua...

¹ Versão revista e ampliada da pesquisa realizada no projeto de Iniciação Científica Voluntária (ICV).

² Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e suas respectivas Literaturas, pela UNIOESTE/Foz. thiago_benitez@hotmail.com

³ Doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP, professora do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE/Foz. mel.pires@hotmail.com

ABSTRACT: Considering the importance of addressing the issue of language variation in the classroom, this article presents a sociolinguistic research conducted on two collections of Portuguese textbooks (LDP) of elementary school, with four books each collection. We will present the results showing how the concepts of linguistic variation and linguistic prejudice are proposed by the Sociolinguistics appearing in these textbooks and which way they are being addressed. For the analysis of selected materials, followed criteria established by the National Textbook (NPDB), Ministry of Education (MEC) and the Law of Directives and Bases of National Education (LDB). This paper is justified by the importance of knowing a little deeper into the Portuguese language textbooks being used in schools by teachers and students, and allow us a more critical view when selecting instructional materials to be used in classroom.

KEY-WORDS: Textbook of Portuguese, Sociolinguistics, linguistic prejudice.

INTRODUÇÃO

Não temos como negar que os livros didáticos têm recebido, nos últimos anos, maior atenção de autores e editores na direção de propostas de ensino mais responsáveis. No entanto, continuam centrados nas práticas letradas da cultura escrita, deixando a oralidade em segundo plano e esquecendo que ela surgiu antes da escrita (MARCUSCHI, 2005). O conceito de variação linguística⁴ é quase inexistente – ou, verdadeiramente, não existe no livro didático - embora sua compreensão, tanto por parte do professor como dos alunos, seja crucial para a eliminação do preconceito linguístico.

Conteúdos que abordam a “língua viva”, isto é, a língua realmente falada pelas pessoas, são mínimos, deturpados ou excluídos. Nesses livros esquecem-se de que devem ser superados os “limites pedagógicos próprios de um processo de transição entre diferentes paradigmas educacionais. As atuais exigências sociais impõem a revisão de paradigmas” (BATISTA, 2003: 42).

Por isso, nosso objetivo, no presente projeto, foi realizar uma pesquisa sociolinguística em duas coleções de Livros Didáticos de Português (LDP) do Ensino Fundamental, somando quatro livros cada coleção. Visamos pesquisar a maneira como o conceito de variação linguística vem aparecendo em tais livros, de que forma e porque preconceitos linguísticos se manifestam ali, bem como se esses livros insistem em trazer conteúdos irrelevantes em relação à língua. Para a realização da presente análise, seguimos padrões e critérios estipulados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para análise de livros didáticos, além de permanecermos atentos às exigências ditas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelos parâmetros estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Para realizar os objetivos propostos, buscamos responder às seguintes perguntas: “O livro didático analisado traz algum tipo de preconceito referente à linguagem?”; “De que maneira

⁴ O conceito de variação linguística está aqui empregado no sentido equivalente à norma, como propõe Faraco (2007: 33-37). Este conceito será mais bem apresentado na sequência do texto.

as variantes linguísticas são apresentadas no livro? Estas variantes são respeitadas?"; "Quais tipos de variações linguísticas ele traz?"; "Existe um capítulo separado para o estudo da variação linguística ou ela vem inserida em todos os capítulos?"; "Os livros analisados valorizam a oralidade ou somente a escrita?". Finalmente, para nossa reflexão e possíveis pesquisas futuras, fica a indagação sobre a motivação para a presença, mesmo que incipiente, da variação linguística nos livros didáticos, ou seja, nos perguntamos se os livros analisados trazem conteúdos de variação linguística porque consideram realmente importante para o aprendizado e reflexão do aluno, ou se isto ocorre somente porque o PNLD, o MEC e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sugerem e realizam avaliações periódicas.

Para dar continuidade às nossas discussões aqui propostas, primeiramente apresentamos os conceitos de variação linguística e norma culta, para em seguida proceder à análise de alguns fragmentos retirados dos livros didáticos analisados.

1. CONCEITOS E PRECONCEITOS

Faraco (2007: 33-37), ao discutir a imprecisão do conceito de norma culta, que muitas vezes vem inadequadamente atrelado à norma gramatical, apresenta o conceito de variação linguística, ou seja, para o autor "uma língua é constituída por um conjunto de variedades", não existindo a língua de um lado e as variedades de outro. Desta forma, norma e variedade se equivalem, já que o autor conceitua norma como "determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala", concluindo que toda e qualquer norma é dotada de organização. Ao propor este conceito como diretamente relacionado aos diferentes modos de uso da língua, o autor nos alerta para o fato de que, ao nos referirmos a uma determinada norma, é necessário considerar as redes de relações sociointeracionais de que participam os seus falantes. Focalizando o contexto escolar, o autor afirma que ainda estamos longe de construirmos uma pedagogia da variação linguística de forma que traga contribuições para as práticas de sala de aula pois, embora este tema tenha sido incorporado ao discurso pedagógico, o preconceito linguístico ainda persiste, tanto nos livros didáticos como no

cotidiano escolar.

Estendendo suas discussões para o conceito de norma culta, o autor nos alerta para o cuidado que devemos ter para não cairmos no equívoco de correlacionarmos norma culta aos “velhos preceitos da velha tradição excessivamente conservadora pseudopurista” (*op.cit.*: 26) de uma preocupação normativa, como muito tem acontecido no ensino de língua portuguesa em nossas escolas, o que tem contribuído para que o preconceito linguístico se instale e permaneça. No entanto, como nos alerta Bortoni-Ricardo (2003), quando ignoramos a multiplicidade cultural e linguística, contribuímos para que sejam ampliadas as diferenças sociais.

Leite (2008: 20) ao tratar do preconceito linguístico, propõe que o diferenciemos de intolerância na linguagem. Para a autora, embora se pareçam sinônimos, há uma grande diferença entre ambos, pois o preconceito

é a ideia, a opinião, o sentimento que pode conduzir o indivíduo a intolerância, à atitude de não admitir opinião divergente e, por isso, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações. O *preconceito* é a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do outro: é um *não-gostar*, um achar-feio ou achar-errado um *uso* (ou uma língua), sem a discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser bonito ou correto. É um não-gostar sem ação discursiva clara sobre o fato rejeitado. A intolerância, ao contrário, é ruidosa, explícita, porque, necessariamente, se manifesta por um discurso *metalinguístico* calcado em dicotomias, em contrários, como, por exemplo, *tradição x modernidade*, *saber x não-saber* e outras congêneres [grifos da autora] (LEITE, 2008: 24-25).

Desta forma, o preconceito pode ser construído culturalmente de forma naturalizada, transformando-se em rejeição e podendo vir a se manifestar como intolerância. Já a intolerância, é resultado da crítica, nascendo de julgamentos. Para que evitemos um e outro, torna-se de primordial importância que suas causas sejam trazidas para a discussão, partindo do contexto educacional para o contexto social mais amplo.

O ensino de língua portuguesa no Brasil tem sido desenvolvido nas escolas a partir do trabalho proposto pelo livro didático, que geralmente apresenta uma visão fragmentada de seus conteúdos (ROJO, 2003), como já mencionado. Como se essa fragmentação não fosse suficiente, muitos conceitos pro-

pagados pelos livros didáticos aparecem deturpados. Pesquisadores preocupados com a qualidade desses livros (conf. DIONISIO, 2005; BATISTA, 2003; MARCUSCHI, 2005 a; BAGNO, 2007; ROJO, 2003, *entre outros*), fazem um excelente trabalho ao analisá-los. Estas análises têm evidenciado que preconceitos aparecem cada vez menos, embora não sejam inexistentes. Uma possível explicação para esta mudança de atitude talvez seja pelo fato de o PNLD ter estabelecido que os livros não podem expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, uma dúvida fica quanto a encaixar o preconceito linguístico na vaga expressa em “quaisquer outras formas de discriminação”.

Numa época marcada pela comunicação eletrônica e pela entrada de novas tecnologias, parece incoerente que o livro didático continue sendo o material preponderante - se não o único - na sala de aula (MARCUSCHI, 2005). Se pensarmos bem, o livro com que o aluno tem maior contato em toda sua vida é o livro didático. Um aluno pode não ter nenhum livro de ficção, contos, poesias, gibis, revistas ou jornais em casa, mas é bem provável que ele tenha um livro didático. O que isso quer dizer? Que o aluno está em constante contato com esse material, sendo este o seu apoio, sua base, e tudo que ali estiver escrito poderá ser tomado como verdade absoluta, indiscutível.

Em 1960, não havia materiais didáticos nem professores qualificados para trabalhar com a variação linguística (BAGNO, 2007). Foi só em 1996 que o MEC passou a desenvolver e executar um conjunto de medidas para avaliar sistemática e continuamente o livro didático brasileiro e para debater expectativas em relação a suas características, funções e qualidade. Os livros foram classificados em quatro grandes categorias: excluídos, não-recomendados, recomendados com ressalta e recomendados. Para esta classificação foram analisados os seguintes aspectos: a natureza do material textual, leitura e compreensão de textos escritos, produção de textos escritos, produção e compreensão de textos orais, conhecimentos linguísticos, manual do professor e aspectos gráfico-editoriais (ROJO, 2003: 72).

Embora os livros didáticos tenham recebido, nos últimos anos, maior atenção de autores e editores, continuam centrados

nas práticas letradas da cultura da escrita. Falta muito a percorrer para que esses livros possam ser considerados instrumentos de implementação dos currículos, cuja construção está claramente sugerida nos PCNs de Língua Portuguesa.

Também não estamos afirmando que o livro didático deva ser o único material a ser utilizado pelo professor. O compromisso do educador é com a formação do aluno, sua reflexão crítica sobre a língua e, para almejar isso, o livro didático deveria ser apenas um dos instrumentos utilizados pela escola. De nada adianta o livro ter progressões de conteúdos perfeitas, exercícios didático-metodológicos invejáveis e preconceitos e estereótipos inexistentes, se o professor não estiver preparado para trabalhar com ele de forma reflexiva e adequada. “A escolha do livro didático pelos docentes vem apontando para a necessidade de as políticas públicas voltadas para a qualidade do ensino contemplarem adequadamente tanto a formação quanto o fortalecimento profissional da ocupação do docente” (BATISTA, 2003: 53). Se o professor teve uma formação completamente gramaticista, provavelmente ele não abordará, em sala de aula, os conceitos de variação linguística e preconceito linguístico, mesmo estes estando bem postulados no livro.

2. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS

Pesquisando sobre o tratamento do livro didático em sala de aula e lendo textos que analisam tais livros, pudemos perceber que o PNLD, os PCNs e o MEC estão se esforçando para avaliar e reformular, quando necessário, os conteúdos que os livros didáticos estão trazendo. No entanto, ainda são necessários

(...) esforços para que o PNLD contribua para o desenvolvimento de novas concepções de livro didático; dê acolhida a propostas de novos modos de relação do manual como trabalho docente; possibilite uma renovação dos padrões editoriais associados ao conceito de livro didático que se cristalizou na tradição brasileira (BATISTA, 2003: 49).

Além disso, para que o MEC atue de modo significativo na promoção de um ensino de melhor qualidade, “é necessário ampliar a concepção de livro didático, possibilitando que a oferta de materiais inscritos se diversifique e se enriqueça” (BATISTA, 2003: 49). Esta avaliação parece influenciar significati-

vamente na qualidade dos livros didáticos, como veremos abaixo.

Analisando a primeira coleção de livros didáticos, percebemos que a questão da variação linguística vem postulada de forma isolada, excluída de qualquer outro conteúdo do livro. A gramática normativa vem inserida em todas as unidades e/ou capítulos, até mesmo quando o assunto tratado é variação e adequação linguística, aparecendo assim, exercícios de certo/errado, bonito/feio, difícil/fácil, e assim por diante, isto é, conceitos que a Sociolinguística não considera relevantes, apenas relativos. Esta afirmação pode ser verificada nos exemplos abaixo:

Exemplo (1)

Leia a orientação dada por um jornal aos estudantes que fariam uma prova de redação:

Como escrever

“Olho vivo para não maltratar o Português. Preste atenção ao enunciado. Se fugir do tema, copiar o texto apresentado ou fazer uma narração, a redação será anulada”. (*Folha de São Paulo*, 28/11/1991).

a) Copie a frase em que o redator do texto acaba, ele mesmo, maltratando o português. (*Resposta do Professor*: “Se [...] **fazer** [...]”).

b) Como deveria ser a frase referida em a, para que o redator seguisse a orientação que está dando aos estudantes? (*Resposta do Professor*: “Se... **fizer**...”.) (FERREIRA, v.8, p. 49-50).

Refletindo sobre o exercício acima, percebemos que a atividade proposta pelo livro não passa de um mero exercício de reescrita, ou seja, propõe que se passe para a norma padrão uma estrutura cotidianamente falada por todos os tipos de pessoas. Reescrever parece ser o tipo de atividade mais solicitada nos livros didáticos:

Exemplo (2)

Reescreva o trecho problemático, de modo que ele estabeleça uma relação lógica de sentido com o restante da notícia (FERREIRA, v.8, p. 131).

Reescreva as frases a seguir, identifique o sujeito e substi-

tua o quadrinho pela forma verbal que torna a concordância do verbo adequada à variedade culta da língua (FERREIRA, v.8, p. 167).

Reescreva as frases, substituindo o verbo *existir* por *haver* e vice-versa. Nas locuções verbais, refaça a concordância do verbo auxiliar" (FERREIRA, v.8: 194).

O exercício de reescrita não assegura ao aluno a automatização das normas da língua padrão. Nas palavras de Dionísio (2005),

(...) a substituição do verbo *ter* por *haver* ou *existir*, atividades frequente nos LDP, significa não considerar as variedades da língua portuguesa falada no Brasil (*ter*) e em Portugal (*haver*), além de criar situações irrealis de uso, fazendo com que um vestibulando escreva: "A menina *há* uma boneca" (DIONÍSIO, 2005: 84).

Ainda para Dionísio (2005):

As tarefas solicitadas nos LDP são, em sua grande maioria, de reescrita com correção, ou seja, reescrever para o padrão palavras ou expressões que estão no português não-padrão, (...). Alguém poderia ainda alegar que exercícios deste tipo auxiliariam a sanar problemas ortográficos. É verdade, poderia! Mas seria mais eficaz se ao invés da simples reescrita na norma padrão, fosse apresentada ao aluno uma situação em que ele pudesse confrontar as formas do padrão com as formas do não-padrão e chegar a formular as regras que norteiam as variedades da língua (DIONÍSIO, 2005: 83).

Pode-se perceber, então, que a diversidade e as variedades linguísticas não se encontram bem representadas nos textos selecionados, sendo mínima a incidência de textos orais e dominantes os conteúdos que abordam a variante padrão, a norma culta, a língua escrita. De nada adianta dizer ao aluno que ele pode falar de uma determinada maneira, mas na escrita a história ser outra. É preciso analisar o que o aluno escreve, para quem ele escreve e por que está escrevendo aquele determinado texto (BAGNO, 2007).

Marcuschi (2005b:21) afirma que "A fala é uma atividade muito mais central do que a escrita no dia-a-dia da maioria das pessoas". No entanto, as escolas dão atenção quase inversa à sua centralidade em relação à escrita. Em uma das coleções de livros didáticos analisados, encontramos estes exercícios referentes à oralidade:

Exemplo (3)

Em grupo – Dramatização

Dramatizem a história em quadrinhos vista anteriormente (LUFT e CORREA, v.4:11);

Em duplas – Dramatizem a história em quadrinhos: um aluno será o menino; outro, a pessoa que fala com ele (LUFT e CORREA, v.4: 50);

Em grupo – Dramatização

Agora que vocês tiveram contato com versões diferentes da mesma fábula, podem dramatizá-la (LUFT e CORREA, v.4: 89).

É inegável que “hoje se torna cada vez mais aceita a ideia de que a preocupação com a oralidade deve ser também partilhada pelos responsáveis pelo ensino de língua” (MARCUSCHI, 2005: 21), mas percebemos, ao refletir sobre o exercício acima retirado de um livro didático, que as atividades orais trazidas por esses livros estão fortemente vinculadas ao texto escrito. Quanto a esta questão, o autor afirma:

Os exercícios que se dedicam à oralidade privilegiam atividades de oralização da escrita ou atividades que culminam com textos não necessariamente brotados de discussões sobre o que foi falado. Nunca se propõe a audição de falas produzidas fora do contexto de aula, ignorando-se a produção falada real (MARCUSCHI, 2005: 29).

No entanto, os autores dos livros didáticos parecem não perceber que “dedicar-se ao estudo da fala é também uma oportunidade singular para esclarecer aspectos relativos ao preconceito e à discriminação linguística, bem como suas formas de disseminação” (MARCUSCHI, 2005: 25).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta breve abordagem que sabemos, necessita ser aprofundada em outro momento, podemos afirmar, em consonância com os autores lidos, que muito ainda temos que avançar para chegar a um padrão de livro didático considerável, sem preconceitos linguísticos e estereótipos impregnados há séculos na sociedade e que tragam conteúdos que possibilitem a reflexão crítica e individual do aluno. Falta bastante para que os conteúdos dos livros didáticos de língua portuguesa considerem, não apenas tolerem, a cultura de cada aluno, a língua que ele traz de casa, sua gramática internalizada. Não devemos

pensar, no entanto, que é possível construir um “livro didático de língua portuguesa ideal”, que possa ser fixo, estabelecido e postulado aos professores e à escola eternamente. Não nos esqueçamos que a língua é viva e está em constante transformação e variação. Desta maneira, seus conceitos também estão sempre aptos a serem refutados e mudados. Assim como devem ser consideradas as mudanças e diversidades linguísticas e aceita a ideia de língua viva e dinâmica, também devem ser aceitas as ideias de mudança, transformação e diversidade do livro didático: a língua se modifica, o livro didático também se modificará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação lingüística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ROJO, Roxane (orgs.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura escrita**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; DETTONI, R.V. Diversidades lingüísticas e desigualdades sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In: COX, Maria Inês Pagliarini; ASSIS-PETERSON, Ana Antônia (orgs.). **Cenas de sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. DIONISIO, Angela Paiva. Variedades Linguísticas: Avanços e Entraves. In: DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **O livro didático de português**: múltiplos olhares. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FERREIRA, Mauro. **Entre Palavras**: Língua Portuguesa. 2ª. ed. V. 5, 6, 7 e 8. São Paulo: FTD, 2006.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUFT, Maria Helena; CORREA, Maria Helena. **A Palavra é sua**: Língua Portuguesa. V. 5, 6, 7 e 8. São Paulo: Scipione, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Compreensão de texto: algumas reflexões*.

Thiago Benitez de Melo - Maria Elena Pires Santos

In: DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco "falada"*. In: DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005b.

ROJO, Roxane. *O perfil do livro didático de língua portuguesa para o ensino fundamental (5ª a 8ª séries)*. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ROJO, Roxane (orgs.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura escrita**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

Enviado em: 10/03/2010 - Aceito em: 10/06/2010